

**Demanda**      17253

**Título:**

Fornecimento de Tokens Criptográficos e Certificados Digitais

**Gestor da Carteira de Demandas DIRFOR:**

DIRFOR

**A demanda será conduzida como projeto tradicional?:**

Sim

**Descrição:**

Visando atender às demandas de Certificação Digital, para os anos de 2022, 2023 e 2024, o projeto futuro contemplará:

- Contratação de empresa especializada no fornecimento de Certificados Digitais;
- Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Tokens Criptográficos.

**Motivação:**

Aquisição de Certificados Digitais para pessoas físicas e jurídicas no padrão ICP-Brasil e Tokens Criptográficos, visando novas emissões e renovações para o ano de 2022, 2023 e 2024.

Os quantitativos necessários serão levantados durante a etapa de elaboração da Análise de Viabilidade.

**Demonstrativo dos benefícios e resultados a serem alcançados:**

Garantir a autoria de documentos e acesso legítimo aos sistemas que requerem seu uso, tais como Themis, PJe, JPE, Alvará de Soltura Eletrônico, sistemas conveniados da Corregedoria-Geral de Justiça e Presidência, sistemas de publicação do Diário Eletrônico do Judiciário, além de novos sistemas que venham requerer o uso desta tecnologia.

**Detalhamento das características, abrangência, legislação, normativos, restrições de prazo**

**Emissão de certificados digitais, fornecendo, inicialmente, os seguintes tipos:**

- Certificados do tipo A3, e-CPF com validade de 3 anos;
- Certificados do tipo A3, e-CNPJ, com validade de 2 anos;
- Certificados do tipo A1, NF-e ou e-PJ, com validade de 1 ano;
- Certificados do tipo A3, NF-e ou e-PJ, com validade de 3 anos;
- Certificados em nuvem do tipo e-CPF, para avaliar a entrada desse tipo de certificado no parque e começar a transição com assinatura do usuário;

**Fornecimento de Mídia Criptográficas (Tokens):**

- O dispositivo criptográfico deve ser aprovado pelo INMETRO;

- O dispositivo criptográfico deve ser compatível com Windows 7, Windows 10 e Windows 11, permitindo sua utilização sem a necessidade de instalação de software cliente nos computadores;
- Suporte a especificação ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
- USB versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
- Ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil (homologado pelo ICP-Brasil), armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução e permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459;
- Permitir inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2 e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- Algoritmos de segurança on board RSA 2048 bits;
- Garantir o gerenciamento da qualidade de senha e do quantitativo de erros até bloqueio do token (pelo menos 5 tentativas) de acesso ao dispositivo permitindo a criação de requisitos mínimos de segurança quanto a: tamanho de senha, uso de caracteres alfanuméricos, letras maiúsculas e minúsculas, tentativas de autenticação com códigos inválidos e permitir geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos.

#### **Legislação, normativos, restrições de prazo legal/estratégico:**

- Portaria do TJMG nº 2337/2009;
- Medida Provisória nº 2.200/2001;
- Resolução do CNJ nº 185/2013;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA No 08, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017 do ITI.

#### **Detalhamento Técnico Inicial:**

##### **Descrição da Avaliação**

Indica que a GEOPE, a priori, vislumbra uma solução possível e viável para atendimento da demanda.

##### **Detalhamento do Parecer Técnico**

Aquisição de Tokens criptográficos para armazenamento de chaves criptográficas que compõem os certificados digitais e a contratação de serviço de emissão de novos certificados. O fornecimento faz-se necessário para substituir tokens já obsoletos do parque e para novas certificações que serão realizadas, já a manutenção de um contrato de emissão de certificados digitais, visa a continuidade dos serviços e manutenção de acesso e utilização a sistemas como: THEMIS, PJE, JPE, Alvará de Soltura Eletrônico, sistemas conveniados da Corregedoria-Geral de Justiça e Presidência, sistemas de publicação do Diário Eletrônico do Judiciário.

O Serviço também deve contemplar, eventualmente, visitas para emissão dos certificados em locais determinados pelo Tribunal.

##### **Impacto em outros projetos ou serviços (concorrência de recursos, dependência de outros projetos, entre outros.)**

O não fornecimento dos Tokens e Certificados Digitais, pode paralisar ou dificultar a prestação jurisdicional, uma vez que este é um recurso essencial para o usuário trabalhar com diversos sistemas do Tribunal.

##### **Estimativa inicial de recursos humanos envolvidos**

- 01 GP para o Projeto;

- 01 Líder Técnico para a confecção dos artefatos;
- Equipe para apoio na confecção dos artefatos (COOPE e ATEND);
- Equipe da DIRSEP, para a confecção do edital e condução do processo de licitação e contratação;
- Equipe da COOPE, para gestão dos Certificados e Tokens.

**Estimativa de Esforço:**

**Estimativa de Recursos Humanos Envolvidos:**

**Estimativa de Custo (Aquisição):**